

## **ATA RELATIVA À AUDIÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº 003/2021 – PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA – SECRETARIA DA FAZENDA - ELABORAÇÃO DA LOA PARA O EXERCÍCIO DE 2022**

Aos quinze dias do mês de outubro de 2021, a Prefeitura Municipal de Indaiatuba, através da Secretaria da Fazenda, em cumprimento ao que estabelece a legislação em vigor, especialmente ao disposto na Lei Complementar nº 101/2000, art. 48, § único, e, em caráter excepcional, diante da impossibilidade da realização da audiência pública durante o processo de elaboração da LOA – Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2022, no formato presencial, em virtude da necessidade da adoção de medidas de limitação de circulação e restrição ao contato social, para o enfrentamento da emergência de saúde pública de relevância internacional do novo Coronavírus (COVID-19), realiza audiência pública eletrônica através da disponibilização de arquivo, contendo as informações preparadas pela área fazendária e que habitualmente são expostas nas audiências públicas presenciais. A apresentação eletrônica encontra-se disponível para consulta através do link <https://www.indaiatuba.sp.gov.br/loa-2022/>, conforme divulgado no *site* da Prefeitura e na Imprensa Oficial. Devido ao caráter excepcional, a audiência também foi gravada em ambiente virtual na sede da Câmara Municipal e disponibilizada no mesmo link, justificando desta forma a ausência de lista de presença. Dado ao momento pandêmico, também foi disponibilizado o e-mail: [fazenda.audiencia@indaiatuba.sp.gov.br](mailto:fazenda.audiencia@indaiatuba.sp.gov.br), como canal de interação com os munícipes para esclarecimento de dúvidas ou para a oferta de contribuições, visando assegurar a transparência e colaborando com a ampliação da participação popular no sentido de identificar as áreas prioritárias e aproveitar as sugestões para o aperfeiçoamento constante dos programas de governo possibilitando a construção de um planejamento voltado ao desenvolvimento social e econômico sustentável do município, proporcionando maior efetividade à gestão pública. A Secretaria da Fazenda destaca que a coleta de sugestões neste formato é realizada em caráter adicional a ação já promovida pela Administração Municipal no período de 10/03/2021 a 30/06/2021, quando foi disponibilizada no link: <https://www.indaiatuba.sp.gov.br/fazenda/orcamento/>, a ferramenta denominada “Planejamento Interativo”. Referida consulta pública foi realizada com o objetivo de esclarecer a sociedade sobre a elaboração das peças de planejamento: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), permitindo o aproveitamento das sugestões em todas as peças com exigibilidade de elaboração neste exercício e viabilizando a participação popular no planejamento orçamentário, através da seleção de prioridades e oferta de sugestões que possam aprimorá-lo no sentido de atender, dentro das possibilidades, os anseios dos munícipes. A viabilização desta coleta se deu através do preenchimento de formulário eletrônico que foi disponibilizado no *site* da Prefeitura. As sugestões ofertadas pelos munícipes naquela ocasião foram listadas e encaminhadas as respectivas áreas para análise e retorno, e acompanham esta ata. O conteúdo da apresentação sobre o orçamento para 2022 foi disponibilizado no formato eletrônico e a Secretária Adjunta da Fazenda, Paula Fernanda Sciamarelli, inicia a exposição explicando que orçamento é uma das peças de planejamento orçamentário, elaborada por todos os entes da federação (União, Estados e Municípios) e que sua finalidade muita se assemelha ao orçamento doméstico, e consiste na administração e controle dos recursos financeiros que ingressam nos cofres públicos e sua destinação, sendo que após assegurada a manutenção dos serviços públicos existentes, determina-se a margem de investimento. Comenta sobre o prazo para

remessa ao Poder Legislativo, que é definido pela Constituição Federal, Constituição Estadual e Lei Orgânica. Explica que o orçamento municipal consolida as informações de todos os órgãos: Autarquias (SAAE e SEPREV), Fundação (FIEC), Poder Legislativo e Prefeitura. Situa a fase do sistema orçamentário em que a Administração se encontra, após a elaboração do PPA e da LDO e como estas peças se relacionam entre si. Explana também sobre o conteúdo da proposta orçamentária, inclusive quanto aos anexos que obedecem a toda uma codificação padronizada e definida para a Contabilidade Pública (classificação institucional, funcional-programática, por categoria econômica) e sobre o princípio do equilíbrio orçamentário entre receitas e despesas. Explica que a partir do levantamento de diagnósticos da situação dos programas desenvolvidos pela Administração, busca-se seu aperfeiçoamento de forma constante, levando em consideração o plano de governo, os planos municipais setoriais, a participação dos conselhos, a participação popular, viabilizada tanto através dos vereadores como através de todos os outros canais alternativos de comunicação da população com a Administração, para então conciliar todas as informações e delinear as despesas face a realidade arrecadatória e a perspectiva de futuro. Continuando a apresentação, a Secretária Adjunta da Fazenda discorre sobre a montagem do orçamento, que diante do montante de arrecadação previsto, procura-se num primeiro momento assegurar as despesas contínuas de manutenção de todas as entidades que compõem o orçamento público municipal, para somente depois programar os investimentos, sendo importante destacar que nenhum investimento é iniciado no município sem que esteja assegurado o seu lastro financeiro, a fim de evitar qualquer prejuízo a sua execução. Menciona também a questão das receitas vinculadas, das legislações específicas e a sensação de que as demandas são ilimitadas e de que os recursos são escassos, a cada edição das peças de planejamento, tornando-se imprescindível à administração pública identificar anualmente as prioridades. Explica também que o planejamento está sujeito a interferências externas, principalmente por conta do cenário econômico e eventos inesperados, como ocorreu em relação ao evento pandêmico, de forma que a execução orçamentária tem de ser acompanhada frequentemente. Pondera que como orçamento é elaborado a partir do PPA-Plano Plurianual, que é o plano macro para um período de 04 (quatro) anos, é necessário que as peças sejam dinâmicas, para se adaptar aos novos eventos que vão surgindo no decorrer do período. Antes de apresentar as informações numéricas e específicas da peça orçamentária de 2022, a Secretária Adjunta da Fazenda faz uma contextualização do ano em que se dá a elaboração desse instrumento de planejamento: 2021, um ano marcado por muitos eventos, como: o avanço da imunização da população, a retomada das atividades econômicas, a alta da inflação e da taxa SELIC, as crises hídrica e energética, a falta de matéria-prima e insumos e seus reflexos na economia mundial, nacional e do Estado de São Paulo, ilustrando a apresentação com recortes de matérias econômicas e gráficos, e mencionando uma preocupação ainda maior para o próximo ano por conta das incertezas, das eleições de 2022, das variáveis econômicas e do mercado de trabalho fragilizado, considerando que tudo isto afeta o desempenho da arrecadação, exigindo muito critério e muita cautela na formatação do orçamento a fim de torná-lo factível e executável, e, ainda com o compromisso de sempre buscar o desenvolvimento do município e o equilíbrio das contas públicas. A Secretária Adjunta da Fazenda destaca também as dificuldades que a crise pandêmica trouxe para processo de planejamento orçamentário, utilizando a receita de maior representatividade na arrecadação municipal, proveniente do Governo Estadual, que é o ICMS como exemplo, comparando sua

situação deficitária em 2020, por conta da pandemia, e que, agora em 2021, está apresentando um excesso de arrecadação por conta do avanço da vacinação, da retomada do crescimento econômico e da alta da inflação. Também destaca a variação discreta, mas positiva de 1,22% no índice de participação do município no ICMS para 2022. Apresenta as análises realizadas pela Fundação SEADE quanto ao bom desempenho da economia paulista, superior ao desempenho da economia nacional. Demonstra a trajetória das variáveis econômicas e suas perspectivas futuras eis que influenciam tanto a elaboração das diretrizes orçamentárias como a do orçamento (PIB, Inflação, Taxa de Juros - SELIC), com gráficos e dados de segmentos econômicos. Explana também sobre o necessário acompanhamento do orçamento, para avaliar se as previsões de arrecadação estão se concretizando financeiramente, uma vez que quando o orçamento é aberto, no início do ano, o seu valor não está reservado numa conta bancária como muitos imaginam. Expõe que a arrecadação vai ocorrendo aos poucos, diariamente, durante todo o exercício, de forma que se o planejamento for bem feito e a economia não for afetada por algum evento pontual, imprevisto e nocivo, atinge-se o montante previsto até 31 de dezembro. Cita como exemplos da fragmentação da arrecadação o IPTU, que pode ser pago à vista ou parcelado em até 10 (dez) vezes, o IPVA cuja concentração da arrecadação ocorre nos primeiros meses do ano e o FPM que é transferido ao município a cada decêndio (dias 10, 20 e 30). Passa então à apresentação do conteúdo da proposta orçamentária para o exercício de 2022, no montante de R\$ 1.434.474.000,00 (hum bilhão, quatrocentos e trinta e quatro milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil reais). Justifica o pequeno acréscimo de 4,75% em relação ao valor constante nos anexos de metas fiscais da LDO-Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o orçamento de 2022, em função da melhoria do cenário econômico, inclusive do ICMS; e, também por conta da revisão das previsões de receita relacionadas aos rendimentos de aplicações de recursos no mercado financeiro, uma vez que com as sucessivas elevações da taxa Selic pelo Banco Central, as aplicações financeiras devem render cada vez mais. Na sequência, apresenta as diversas informações relacionadas as receitas e as despesas que compõem peça orçamentária sob a forma de planilhas, gráficos, em valores numéricos e percentuais, aplicações mínimas constitucionais; a composição do orçamento municipal (quais entidades e órgãos que compõem o orçamento); a composição das receitas públicas por categoria econômica (receitas correntes e de capital e seus respectivos subgrupos); a composição das despesas públicas por categoria econômica (despesas correntes e de capital e seus respectivos subgrupos) e também por função. Em seguida, apresenta os orçamentos das secretarias municipais. Observa que todos os valores apresentados tratam-se de previsões e programações e que muitas vezes ocorre a necessidade de realizar ajustes. Menciona que a cada ano há o aprimoramento dos valores previstos e que existe a intenção de aproximar cada vez mais os valores programados dos valores reais, embora essa seja uma tarefa muito difícil diante de todas as incertezas. Após as apresentações das Secretarias Municipais, apresenta o orçamento programado para a Câmara Municipal e para as autarquias e fundação: SAAE, SEPREV e FIEC. Ao final, informa quanto a disponibilização do e-mail: [fazenda.audiencia@indaiatuba.sp.gov.br](mailto:fazenda.audiencia@indaiatuba.sp.gov.br) para o esclarecimento de dúvidas e/ou encaminhamento de sugestões sobre o tema da audiência, encerrando-se em seguida a exposição. Eu, Larissa Bruna Almeida, DAS3, lavrei e assinei a presente ata. Indaiatuba, em 15 de outubro de 2021.

*Larissa Bruna de Almeida*

---